

XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - UFS

DIREITOS DOS CONHECIMENTOS

WILSON ANTÔNIO STEINMETZ

HERON JOSÉ DE SANTANA GORDILHO

FERNANDO ANTONIO DE CARVALHO DANTAS

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias

Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

D598

Direitos dos conhecimentos [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFS;
Coordenadores: Fernando Antonio De Carvalho Dantas, Heron José de Santana Gordilho,
Wilson Antônio Steinmetz– Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-052-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO, CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA: contribuições para os objetivos de desenvolvimento do Milênio.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Direitos dos conhecimentos. I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS (24. : 2015 : Aracaju, SE).

CDU: 34



XXIV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - UFS

DIREITOS DOS CONHECIMENTOS

Apresentação

APRESENTAÇÃO

Os direitos dos conhecimentos envolvem modos de ser, fazer, viver e conhecer analisados enquanto bens jurídicos. Envolvem as relações entre os seres humanos com seus espaços de vida, e que no plano científico denominados relações cultura - natureza. Esses espaços e relações envolvem diferentes modos de conhecer e, portanto, de construir conhecimentos, seja através da intuição, da experiência ou da própria racionalidade.

Em verdade, essas relações estão situadas em um campo multi e pluriverso, em suas diferentes titularidades, coletiva e individual e, conseqüentemente, em diferentes e complexas relações e usos dos conhecimentos, exclusivo ou compartilhado, diversamente dos conceitos ideológicos de universal e da monocultura do saber engendrados pela cultura moderna ocidental.

Na perspectiva de reconhecimento desses complexos processos de conhecimento, o direito outrora fechado ao pluralismo esforça-se para abrir-se e contemplar a atualidade dos diferentes objetos do conhecimento e conhecimentos como objetos; os diferentes sujeitos dos conhecimentos e dos processos do conhecer, não mais centrados no antropocentrismo ou no especismo.

Este foi um grande desafio para o direito da Modernidade, que prometeu e em muitos casos cumpriu - a emancipação, mas em outros caos gerou colonialismo, enquanto domínio das formas de pensar a regulação da vida no mundo.

Um espaço de não colonialidade é o que se espera da proteção jurídica do conhecimento em âmbitos e contextos plurais, heterogêneos, dialógicos e, conseqüentemente, democráticos, a partir de uma abordagem complexa dos Direitos Culturais que vise atingir a justiça cognitiva.

O CONPEDI ao possibilitar esse espaço, constitui-se em um foro legítimo para um debate que resultará pelo uso de territórios de libertação, na elaboração de um processo de construção e valorização desses conhecimentos.

No Grupo de Trabalho Direitos dos Conhecimentos, uma diversidade de temas envolvendo os processos cognitivos na pluralidade cultural do mundo foram apresentados em um pequeno número de trabalhos. Identidade, saberes, conhecimentos tradicionais, cultura viva, práticas lúdicas, segurança alimentar, modos tradicionais de cultivares, e, a relação entre direito e racismo integraram as proíficas reflexões e debates do grupo, de modo que este livro possibilita o acesso ao texto integral dos trabalhos apresentados.

Esta obra constitui-se em um passo inicial para o longo itinerário a ser percorrido na construção dos novos territórios que, juntos, integrarão os novos direitos.

Fernando Antonio de Carvalho Dantas

Heron José de Santana Gordilho

Wilson Antonio Steinmetz

DIREITO À IDENTIDADE POR MEIO DO CONHECIMENTO DAS ORIGENS CULTURAIS FAMILIARES: A CONSTRUÇÃO DO AUTOCONHECIMENTO E PERTENCIMENTO NO CASO SANDRA KOGUT.

THE RIGHT TO IDENTITY THROUGH THE AWARENESS OF THE FAMILY CULTURAL BACKGROUND: THE DEVELOPMENT OF SELF-KNOWLEDGE AND BELONGING IN THE CASE OF SANDRA KOGUT.

Aline de Souza Vasconcellos do Valle

Resumo

Desenvolve reflexões quanto ao direito à identidade, à memória e autoconhecimento dos indivíduos, bem como o processo de transmissão de conhecimento sobre a memória cultural de imigrantes judeus no Brasil e na Hungria. Toma como ponto específico de análise a construção do conhecimento identitário por Sandra Kogut, brasileira e descendente de imigrantes judeus húngaros que se estabeleceram no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial e que trilhou caminhos tortuosos para conhecer e ver reconhecida sua identidade cultural judaica e húngara, enquanto filmava tal busca que durou dois anos e se transformou no documentário Passaporte Húngaro. Tomando o caso como base, pretende-se discutir a condição de outsider do descendente de imigrantes no país de origem e de destino de seu grupo familiar, o modo de viver de imigrantes judeus no Brasil e na Hungria, bem como o duplo processo de conhecer e construir conhecimento levado a cabo por Sandra Kogut. Utiliza-se da perspectiva do paradigma indiciário de análise desenvolvido por Carlo Ginzburg que tem como fundamento interpretar os indícios tomados como sintomas sociais.

Palavras-chave: Palavras-chave: pertencimento cultural, Direito à memória, Modo de viver de imigrantes, Construção do conhecimento identitário, Método indiciário.

Abstract/Resumen/Résumé

This paper develops observations concerning the individual right to identity, memory and self-knowledge, as well as the process of knowledge transfer of the cultural memory of Jewish immigrants in Brazil and in Hungary. It holds as a specific starting point of analysis the construction of the identity knowledge by Sandra Kogut, Brazilian and descendent of Jewish-Hungarian immigrants, who were established in Brazil during the World War II. Kogut encountered many difficulties in order to know and obtain the recognition of her Jewish-Hungarian cultural identity, while filming this quest, which took two years and was later converted into a documentary called Hungarian Passport. Using such case as a basis, the present work intends to discuss the outsider condition of the immigrant descendent in the native country and in the destination country of his family group, the Jewish immigrants way of life in Brazil and in Hungary, as well as the dual process of knowing and building the

knowledge performed by Sandra Kogut. It employs the perspective of the evidence paradigm for analysis developed by Carlo Ginzburg that is founded on the interpretation of evidence took as social symptoms.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Key-words: cultural belonging, Right to memory, Immigrants way of life, Construction of the identity knowledge, Method of evidence.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como pano de fundo a busca por conhecimento e reconhecimento identitário e cultural levada a cabo por Sandra Kogut, brasileira e descendente de judeus húngaros que chegaram ao Brasil pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, fugindo da perseguição aos judeus no território húngaro. Para conhecer e compreender sua cultura familiar e como consequência encontrar sua identidade, Sandra trilhou caminhos tortuosos em busca do passaporte húngaro, que passou a representar a conquista de seu “lugar no mundo”, do sentimento de identidade e pertencimento. O caso apresenta-se peculiar, visto que Sandra optou por filmar sua busca por reconhecimento de sua origem húngara, num duplo processo em que passou a produzir conhecimento ao mesmo tempo em que conhecia.

O empenho de Sandra Kogut por conquistar o passaporte húngaro durou dois anos, tendo como resultado a conquista da nacionalidade húngara e a produção do documentário “Passaporte Húngaro”. O documentário se passa no final da década de 90, no Brasil e na Hungria. Em sua narrativa, remonta a história de famílias judias que chegaram ao Brasil fugindo dos regimes fascistas nos anos que antecederam à Segunda Guerra Mundial e também durante o conflito.

O objeto que se apresenta em pertinência com o Direito é a problemática quanto ao direito à identidade, que no presente caso se encontra relacionado ao conhecimento sobre o passado familiar e judeu húngaro de Sandra.

Segundo Kirste (p. 131, 2004) a memória tem importante impacto no desenvolvimento da identidade. Assim, as experiências individuais e compartilhadas, tradições, ritos, atuam como pontos de identificação tanto para indivíduos como para sistemas sociais, motivo pelo qual o presente estudo pontua como temáticas principais a busca pela memória coletiva, familiar e consequentemente a construção de conhecimento identitário pelos indivíduos.

Para Kirste (p. 131, 2004) quando se trata de sistemas sociais, a capacidade de memória passa a atuar como ferramenta de decisão sobre a imagem que se quer construir, numa atitude sobre o passado que o transforma, fazendo dele um ponto de partida para suas ações.

Desta maneira, se por um lado os indivíduos têm direito a conhecer seu passado familiar em busca da construção dessa memória familiar e individual e como consequência conquistar a plena identidade, por outro, os sistemas sociais atuam com grande força, no sentido de filtrar o que deve ser lembrado e o que se pretende que seja esquecido.

Stuart Hall (p. 93, 2001) afirma existirem esforços para a reconstrução da ideia de identidades purificadas, como forma de restaurar a coesão frente à atual tendência ao hibridismo e à diversidade cultural. Para Hall, o colapso dos regimes comunistas na Europa Oriental e o colapso da antiga União Soviética foram seguidos por um forte empenho em reviver o nacionalismo étnico, alimentando ideias de pureza racial e de ortodoxia religiosa.

O mesmo autor (p. 93, 2001) defende que também as nações da Europa Central, que foram moldadas pela desintegração dos impérios austro-húngaro e otomano, no final da Primeira Guerra Mundial, passaram e continuam no percurso desse processo em que tentam construir Estados que sejam unificados tanto em termos étnicos quanto religiosos, criando identidades políticas em torno da ideia de existência de identidades culturais homogêneas. Segundo o autor (p. 94, 2001), o problema desse “projeto” se encontra exatamente na existência de minorias que se identificam com culturas diferentes dentro das fronteiras de tais países.

A problemática que se estabelece é a de analisar a tensão entre o direito à identidade pelos indivíduos e grupos étnicos, de gênero, raciais, minoritários e a necessidade de supressão da memória individual e grupal pelos sistemas sociais dominantes, que justificam a análise de casos de resistência de identidades minoritárias – como o de Sandra Kogut e sua família - frente ao projeto levado a efeito pelas diferentes nacionalidades como forma de homogeneizar a memória, estabelecendo como ponto delimitador da análise as experiências e opções de Sandra Kogut.

A resistência de identidades minoritárias frente aos projetos homogeneizadores e a adesão dos indivíduos às representações transmitidas entre as diferentes gerações familiares se fundamentam na construção de conhecimentos que se estabelecem tendo como parâmetros as estruturas subjetivas dos indivíduos, como o sentimento de pertencimento, os hábitos familiares e grupais, as hierarquias classificatórias que apontam para o pertencimento ou exclusão enquanto membro do grupo. Assim, as metodologias que estabelecem como centro de análise as referências políticas e racionais não conseguem dar conta dos aspectos subjetivos que perpassam a questão do pertencimento e da construção da memória. Desta maneira, se mostra apropriada a adoção do paradigma indiciário de análise de Carlo Ginzburg

(2004, p.11) que tem como fundamento interpretar os indícios tomados como sintomas sociais.

O processo de pesquisa desenvolvido por Ginzburg consiste na pesquisa sobre diferentes formas textuais de maneira que o pesquisador não se guia pela curiosidade deliberada ou pela busca de respostas a perguntas e objetivos estabelecidos *a priori*. Neste viés de análise, segundo Ginzburg (2004, p. 11), o foco se encontra ao que foge às malhas das disciplinas institucionais. Assim, os aspectos relevantes para a análise surgem como pistas, “achados” que revelam pontos fulcrais sobre o objeto de pesquisa.

Assim, na presente oportunidade, a análise terá como centro as narrativas familiares, as imagens construídas sobre os judeus húngaros dentro da família de Sandra, as vivências da cineasta e suas reações diante das barreiras estabelecidas para a obtenção do passaporte húngaro, o modo de viver dos judeus que participam do documentário, o modo como Sandra constrói o documentário sobre sua busca identitária.

Tendo como premissa as categorias teóricas elencadas acima, evidencia-se que Sandra Kogut encontrou múltiplas barreiras em sua busca junto aos mais diversos órgãos públicos e arquivos húngaros para localização dos documentos de seus ancestrais judeus, sendo informada que após a Segunda Guerra Mundial as lideranças socialistas realizaram amplo empenho por destruir arquivos sobre judeus húngaros, como forma de esconder a identidade judaica de líderes comunistas locais.

Dessa forma, Sandra encontrará nos representantes de órgãos públicos a reafirmação da homogeneidade, sendo comum a descrença de funcionários públicos húngaros diante da tentativa de Sandra em conseguir o passaporte daquele país.

Dados presentes na revista eletrônica Morasha (2005), especializada na temática semita, indicam que a presença de judeus na região em que hoje se encontra a Hungria remonta ao período do Império Romano, tendo os judeus da região passado por períodos que intercalaram tranquilidade e perseguição, de acordo com o governo de cada período histórico. Segundo a revista, durante a Idade Média, temos exemplos de perseguição aos judeus na Hungria, como, em 1222, quando os judeus foram proibidos de assumir certos cargos e de receber títulos de nobreza sendo, também, obrigados a usar distintivos na roupa. Muito embora durante toda a história dos judeus na Hungria, tenha sido comum a cobrança de impostos diferenciados, proibições quanto à propriedade, o consenso era de que gozavam de liberdade, visto que em outras regiões da Europa as perseguições eram muito mais severas.

Foi no início do séc. XIV que a tranqüilidade dos judeus começou a se dissipar. A intolerância religiosa somada a ressentimentos de fundo econômico levaram a perseguições e expulsões. A influência da Igreja também aumentou e, em 1349, os judeus foram expulsos da Hungria, apenas sendo readmitidos em 1364. Com a deterioração da situação política e econômica, em fins do séc. XV e início do XVI, a comunidade judaica passou a ser, ainda mais, o alvo predileto de leis discriminatórias, impostos exorbitantes e confiscos reais (MORASHA, 2005).

A situação oscilante dos judeus na região permaneceu até o advento dos regimes fascistas na Europa, com a crescente perseguição aos judeus em diferentes países, inclusive na Hungria.

Pode-se evidenciar que a história dos judeus na Hungria, assim como em diferentes partes da Europa, tem como ponto de convergência a vivência de períodos de perseguição e discriminação. Tal realidade, contudo, não foi capaz de apagar a unidade e a memória do povo judeu enquanto grupo identitário nos diferentes espaços e tempos históricos.

Segundo Weinrich (2001, 253) muito embora sejam frequentes as discussões entre os historiadores do Holocausto quanto à comparação ou não desse evento em relação a outros genocídios no mundo, discutindo se este foi um evento singular ou não, para o autor está fora de questionamento que o genocídio do povo judeu se distingue de todos os outros cometidos ao longo da história pela dimensão da memória cultural.

Para Weinrich (2001, p. 254) o que uniu o povo judeu, apesar de toda a perseguição vivida ao longo da história e do Holocausto na Segunda Guerra Mundial, foi sua memória comum.

Não obstante a importância da memória entre o povo judeu durante toda a sua história, tal importância se tornou ainda mais acentuada para aqueles que passaram a viver distanciados dos grandes núcleos de população judaica no mundo, principalmente durante e após a Segunda Guerra Mundial, como é o caso de filhos e netos de imigrantes judeus que se estabeleceram nos diferentes pontos do nordeste brasileiro durante o conflito.

Tais indivíduos, conquanto tenham nacionalidade brasileira, cresceram ouvindo histórias sobre “a terra” de suas famílias, sobre “a casa” da qual tiveram que sair bruscamente seus ancestrais, mas que nunca deixou de ser o local de identificação social familiar.

Assim, Sandra, embora brasileira, tinha como principal ponto de identificação a cultura judaica e enquanto judia via sua história atrelada à história dos judeus húngaros.

Tal posicionamento identitário demonstra o descolamento da identidade para locais distantes do conceito simplificado de nacionalidade, uma vez que tais indivíduos não se identificam com o lugar em que cresceram. Sua identidade está para além das fronteiras nacionais.

1 INTUIÇÃO X RACIONALIDADE: DO “EU” RACIONAL AO “EU” EM CONSTRUÇÃO

Para Stuart Hall (2004, p. 35), a segunda metade do século XX, identificada como modernidade tardia, foi crucial para a resignificação do “eu” visto que se promoveu o descentramento do sujeito cartesiano, entendido aqui como o sujeito formado com foco em suas estruturas racionais, enquanto ser pensante e identificado para raciocinar, resumido na famosa frase “penso, logo existo”.

Neste processo, Hall (2001, p. 36) apresenta como um dos grandes motivadores do descentramento do pensamento ocidental do século XX a descoberta do inconsciente por Freud. Ao estabelecer sua teoria sobre o inconsciente, mostrando que nossa identidade, sexualidade e estrutura dos desejos são formadas por meio de processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, estabelecendo-se nele uma lógica muito distante da lógica da racionalidade cartesiana, retirou o valor do conceito de sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada.

Para Hall (2001, p. 37) de acordo com a leitura de Freud feita por pensadores psicanalíticos, como Jacques Lacan, se verificou que a imagem do eu como inteiro e unificado é algo que é aprendido gradualmente, parcialmente, e com grande dificuldade, não sendo resultado de um processo natural e individual, mas fruto da relação com os outros. Tal processo se daria, por exemplo, na primeira infância, no que Lacan chamou de a “fase do espelho”, em que a criança, que não possui ainda uma autoimagem enquanto pessoa inteira imagina a si própria refletida no olhar do outro. Assim, para Freud, a subjetividade é o produto de processos psíquicos inconscientes.

Desta maneira, se utilizando dos ensinamentos de Lacan e Freud, Hall (2001, p. 38) argumenta que a identidade é formada em processos inconscientes ao longo do tempo, não sendo produto de algo inato, presente desde o momento do nascimento, existindo algo

imaginado sobre a unidade desta identidade. Neste sentido, Hall (2001, p. 39) defende a concepção de “identificação” como um processo em construção, defendendo que a identidade surge de um processo inacabado, de uma falta de inteireza que é preenchida pelas experiências exteriores, pela forma como imaginamos ser vistos por outros. Assim, os indivíduos continuam buscando sua identidade, buscando as partes do eu dividido como forma de atingir o sentimento de plenitude.

Diante do “deslocamento do eu” racional, cartesiano, defendido nos apontamentos de Hall, pode-se argumentar que a necessidade de conquista do passaporte Húngaro por Sandra é a busca pela parte de sua identidade que continuava inatingível, indo além da necessidade de completude e plenitude individuais, uma vez que ao realizar a imigração de retorno, fazendo o caminho inverso de seus ancestrais, Sandra passou a ter também a missão de certificar todo o grupo familiar quanto ao reconhecimento de sua tradição e identidade judaico-húngara.

Muito embora fosse reconhecida por sua nacionalidade brasileira, tal identificação legal, fruto de regras racionais, não era capaz de dar conta das demandas identitárias de Sandra e de sua família.

Sobre a nacionalidade, Stuart Hall (2001, p. 47) afirma ser esta uma das principais fontes da identidade cultural, aderindo aos sujeitos de maneira que mesmo não estando impressas em seus genes, passam a fazer parte de sua natureza essencial. Contudo, é peculiar o argumento de Hall (2001, p. 48) de que a identidade nacional não está intrinsecamente relacionada ao nascimento, sendo formada e transformada por representação.

Tal identificação nacional comumente é construída de forma a unificar as diferenças, pouco importando os diferentes gêneros, raças ou aspectos culturais de grupos minoritários, atuando como uma estrutura de poder cultural num longo processo em que se estabelece a supressão forçada das diferenças culturais (HALL, 2001, p. 59).

Assim, para Hall (2001, p. 62) a ideia da unidade nacional seria uma fantasia que permanece, muito embora sejam atravessadas por profundas divisões e diferenças internas. Para o autor, uma das formas de unificação da cultura nacional é a sua representação enquanto expressão da cultura de um povo único. Contudo, Hall (2001, p. 62) argumenta que essa crença no mundo moderno é um mito visto que a Europa Ocidental não possui tal homogeneidade de sua população em qualquer de seus países.

Mesmo diante de tal quadro de homogeneização pelos instrumentos estatais nacionais, atuando num caminho inverso, a globalização teve como consequência o início de um

processo de contestação dos contornos estabelecidos pela identidade nacional e de seu fechamento às pressões das diferenças que se encontravam dentro dos territórios nacionais. Assim aconteceu o fortalecimento de identidades locais e em contrapartida iniciou-se uma forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentiam ameaçados pela presença de outras culturas, minoritária, surgindo um racismo cultural.

Assim, se por um lado Sandra Kogut forjou sua identidade baseada na construção de um sentimento nacional húngaro e judeu, por outro lado, teve que enfrentar as barreiras impostas pelo grupo étnico dominante que a identificava como ameaça à unidade húngara. Muito embora fosse possível esperar que Sandra, cineasta e brasileira, agindo por meio de sua razão, desistisse de obter o passaporte húngaro, visto que o nível de dificuldade imposto para sua aquisição era reconhecido pelos próprios húngaros natos, esta não foi a opção adotada pela brasileira que se sentia húngara.

Reafirmando as considerações de Hall sobre os ensinamentos de Lacan e Freud (2001, p. 38) podemos observar em Sandra a predominância de escolhas baseadas em sua intuição e sentimento de incompletude. Fica aparente no filme “O Passaporte Húngaro” que Sandra tinha plena consciência das absurdas exigências feitas pelo governo local como forma de limitar a obtenção do documento. Em algumas passagens do documentário, representantes do governo húngaro chegam a afirmar de maneira enfática que Sandra não conseguiria o reconhecimento de sua nacionalidade.

Diante das negativas, Sandra permaneceu resignada, persistindo em seu desejo de fazer parte das histórias contadas por sua família, de preencher as lacunas existentes em sua identidade em decorrência da falta de reconhecimento de sua origem húngaro-judaica.

Demonstra-se no caso de Sandra, a prevalência do “eu” intuitivo e inconsciente em detrimento ao “eu” racional, demonstrando a força das demandas identitárias e a importância de que cada indivíduo tenha o direito de construir conhecimentos necessários à sua própria identificação.

2 OS “OUTROS” ENQUANTO OBJETOS DO CONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DO “NÓS” POR DESCENDENTES DE IMIGRANTES

Para Walter Benjamin (2006) é na interseção entre a história coletiva e a individual que os conteúdos dos sonhos são transmitidos. Benjamin defende que as experiências presentes no inconsciente da coletividade interagem com o novo, gerando utopias.

Assim, o descolamento da identidade para locais distantes do conceito simplificado de nacionalidade é uma realidade presente na vida de descendentes de imigrantes que apresentam como traço individual a forte vinculação de sua identidade com o local de origem familiar. Essas gerações que cresceram ouvindo as histórias sobre a terra natal de seus ancestrais, que por meio da tradição passou a ser também a sua, acabam por incorporar a identidade distante de seus familiares, preenchendo o tempo e a distancia que os separam desta história com uma autoidentificação com “outra terra”.

A posição de “outro” desses descendentes de imigrantes se estabelece de forma ampla, visto que vivendo no Brasil, passam a identificar-se com a pátria distante de seus ancestrais e estando no país de sua origem familiar, são identificados como estrangeiros ou no melhor dos casos, cidadãos de segunda categoria.

Correspondendo a esta realidade, o filme “Passaporte Húngaro” tem de início uma perspectiva diferente do que comumente se passa nos documentários, visto que nele a cinegrafista é também personagem do documentário, sendo ainda mais interessante a posição que a câmera assume na filmagem, uma vez que parece ser a própria Sandra.

Primeiramente percebe-se a opção de Sandra, de buscar sua memória familiar por meio do passaporte húngaro e ao mesmo tempo filmar sua busca, construindo registros de sua memória ao mesmo tempo em que os descobre. Interessante observar que Sandra, muito embora conte com a participação de outros dois cinegrafistas que atuam em partes do filme, permanece em sua opção de não aparecer nas cenas, levando os cinegrafistas a filmarem com a mesma perspectiva de imagem de quem está vivendo a cena. Tal opção de filmagem pode retratar a posição de Sandra, enquanto neta de imigrantes judeus e húngaros que vieram para o Brasil e que preservaram suas memórias em relação à terra natal, de maneira que Sandra, sendo brasileira, busca sua identidade húngara, e na Hungria é recebida como brasileira. Assim, Sandra está de fora da cena, mesmo estando presente. Ela não aparece, não pode ser vista pelo expectador, ela não pertence à imagem assim como não pertence completamente a nenhuma das duas sociedades em que vive. Cabe ressaltar que este aspecto do filme é relevante e causa no expectador a inquietude de tentar a todo tempo ver quem está “de fora”.

A expectativa de que Sandra aparecerá permanece até o último momento do filme sem se concretizar.

Tal construção imagética nos apresenta a reflexão sobre a condição de Sandra, visto que assume a posição de *outsider* onde quer que esteja. O conceito de *outsider* foi desenvolvido por Norbert Elias (2001, p. 40) em sua obra “Os estabelecidos e os outsiders”.

Diante dos estudos realizados em Winston Parva, nome fictício dado a uma cidade inglesa Norbert Elias (2001, p. 41) constatou que a vida em sociedade pode se dar com a formação de uma hierarquia classificatória que se apresenta em determinadas famílias ou grupos sociais, estabelecendo diferenciações entre os que são “mais respeitáveis”, “melhores” determinando grupos dominantes “estabelecidos” ou inversamente, “menos respeitáveis”, “menos bons”, ou seja, “*outsiders*”. Em sua obra, Norbert Elias acaba por desenvolver percepções sobre a identidade de grupo dos indivíduos. Para o autor a imagem de nós e o ideal de nós de uma pessoa fazem parte de sua autoimagem:

A imagem do nós e o ideal do nós de uma pessoa fazem parte de sua auto-imagem e seu ideal do eu tanto quanto a imagem e o ideal do eu da pessoa singular a quem ela se refere como “eu”. Não é difícil perceber que afirmações como “eu, Pat O’Brien, sou irlandesa” implicam uma imagem do eu e uma imagem do nós. O mesmo acontece com afirmações como “sou mexicano”, “sou budista”, “sou da classe trabalhadora” ou “somos de uma antiga família escocesa”. Esses e outros aspectos da identidade grupal da pessoa não são menos integrantes de sua identidade pessoal do que outros aspectos que a distinguem de outros membros do seu “nós” [we-group]. (ELIAS, 2001, p. 42)

Assim, podemos observar ao longo de todo o filme a identificação das avós de Sandra com o povo judeu, assim como de todos os narradores judeus que contam, cada um a seu modo, as sagas vividas durante a Segunda Guerra Mundial. Nota-se que a identificação com o povo judeu assume relevante papel na identidade pessoal dos narradores, sendo indissociável de sua própria existência. As diferentes trajetórias pessoais narradas, seja a história do judeu esquecido que sobreviveu ao Holocausto porque milagrosamente lembrou-se do imenso número do passaporte, seja a esperteza do bisavô de Sandra que vindo com a família para o Brasil, conseguiu dinheiro suficiente para pagar o suborno pedido pelo funcionário da imigração para conseguir descer do navio, demonstram que viver ou morrer, permanecer ou imigrar, são consequências do pertencimento à comunidade judaica.

Contudo, se a identidade de grupo faz parte da própria identidade singular dos indivíduos, pode-se observar também nos textos de Norbert Elias a formação da relação nós-outros em diferentes níveis, em uma atuação em camadas.

A diferenciação entre os húngaros judeus e Sandra é visível e a todo tempo sua origem judaica e suas características pessoais enquanto candidata ao passaporte húngaro são

questionadas. Embora fosse descendente de húngaros e judia, Sandra recebeu várias incumbências para obter o passaporte húngaro, como ler em húngaro, cozinhar, conhecer profundamente a constituição do país, sua história, economia, ou seja, se estabeleceu uma rede de limitações na tentativa de dificultar o acesso ao passaporte húngaro e conseqüentemente à identidade húngara.

Segundo Norbert Elias (2001, p. 45) o grupo estabelecido, que no caso do documentário corresponde aos cidadãos húngaros, sente-se compelido a repelir aquilo que vivencia como uma ameaça à sua superioridade de poder e superioridade humana, através de um contra-ataque, de rejeição e de humilhação do outro grupo. Desta feita, muito embora tenha encontrado simpatizantes à sua jornada em busca do passaporte húngaro, até mesmo estes não deixaram de lembrar as dificuldades que Sandra encontrará para obter o documento. Em certa passagem do filme o funcionário público do setor que estabelece as normas e conteúdos para a prova escrita de acesso ao passaporte admite que nem mesmo ele teria conhecimento suficiente sobre os assuntos da cobrados no teste, chegando a afirmar que nem mesmo ele, cidadão húngaro e servidor público, passaria na prova.

Desta maneira, nota-se que muito embora Sandra tenha construído uma identificação em relação ao grupo dos húngaros e judeus durante sua vida no Brasil, ao chegar no país de origem de seus ancestrais para buscar informações sobre sua identidade húngara, se deparou com vários questionamentos e obstáculos, tanto em relação à sua origem húngara, quanto judia.

Em vários momentos do filme pode-se perceber a identificação de Sandra como pessoa de segunda categoria na Hungria, visto que muito embora tenha levado a efeito uma luta árdua de dois anos por seu passaporte, este foi recebido com validade de apenas um ano. Essa é inclusive a expressão que encerra o filme, com uma cidadã húngara questionando ao telefone o fato de que uma vez húngara, Sandra deveria ter direito ao passaporte como todos os demais húngaros.

Interessante observar também que a própria Sandra não questionou expressamente a limitação temporal de seu passaporte, talvez como demonstração da autoaceitação da condição de nacional “de segunda classe”. Foi o grupo de húngaros natos partidário da busca de Sandra que se encarregou de questionar a limitação do passaporte de Sandra frente aos órgãos públicos da Hungria.

Da mesma maneira, no Brasil, os grupos familiares judeus passaram a construir suas identidades fundamentados no sentimento de não pertencimento, sentimento aparente nas colocações da avó de Sandra, que por repetidas vezes afirmou que eram considerados cidadãos de segunda categoria no Brasil: “A gente era o último dos últimos”. A posição de “estar fora”, de “outsiders” da família de Sandra pode ser notada na retomada da expressão do avô de Sandra pela avó, pois quando a família queria ir para casa, o avô de Sandra respondia indagando: “que casa?”.

Sem considerar as dificuldades estabelecidas, a busca de Sandra por sua memória familiar aponta para um interessante traço do povo judeu, exposto por Harld Wenrich (2001), qual seja, a permanência através do tempo por meio da memória. Segundo Werinch o traço fundamental que permitiu a sobrevivência do povo judeu, mais que questões étnicas e religiosas é a tradição da memória. O autor afirma que a memória judaica é em seu cerne a memória de Deus, o que se pode observar tanto do ponto de vista de Deus quanto do Homem:

(...) Deus como Senhor da história tem memória de sua Criação e no sentido especial para seu povo escolhido, com o qual firmou um pacto de memória que vale para toda a história universal. Esse acordo diz, numa formulação negativa, que Deus não esquecerá seu povo enquanto esse povo, de sua parte, resistir a toda tentação de esquecer seu Deus para se voltar para outros deuses ou ídolo. Por isso para os judeus o culto religioso sempre foi um culto de memória. Isso pressuposto, Elie Wiesel pode deixar o cabalista Kalman dizer: “Nós somos a memória de Deus”. (Werinch, 2001)

Segundo Wenrich o que une o povo judeu em sua religião e cultura, mais que qualquer outro povo da história é uma memória comum, que faz dos judeus a memória de Deus, honrados por Deus enquanto resistissem a toda tentação de o esquecer.

O mesmo autor prossegue em sua análise expondo que tendo como premissa o fundo histórico, pode-se observar no assassinato em massa do povo judeu o esforço de Hitler de exterminar totalmente a memória judaica na Europa, sendo um atentado incomparável e único contra a memória cultural da humanidade, verdadeiro assassinato da memória. Isso se deu, segundo o autor, porque o governo nazista tinha consciência de que a força com que os judeus haviam se afirmado no mundo, mesmo diante de séculos de dispersão e perseguições só se explicava como força da memória (2001).

Desta maneira, não por acaso Sandra buscou sua memória judaica, a qual estabeleceria o seu lugar no mundo. Assim como sua família, Sandra parecia viver um sentimento de presença ausente, visto que embora fosse brasileira, sua memória só se completaria com o passaporte húngaro.

3 O DESEJO DO OUTRO: A ANCESTRALIDADE COMO MODO DE VIDA

Inserida numa família judaica, Sandra iniciou seu percurso rumo ao passaporte húngaro por meio da coleta de narrativas sobre a vinda de sua família para o Brasil. Sendo o povo judeu o povo da memória por excelência como afirmado acima, temos nas cenas que apresentam as narrativas das avós de Sandra o significado da retomada da história dos judeus no Brasil e em especial de sua família.

Sobre a narrativa, destacam-se os estudos de Walter Benjamin (1994, p. 200), ao afirmar que a narrativa tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma natureza utilitária (BENJAMIN, 1994, p. 200). Para o autor (1994, p. 200) essa utilidade pode se apresentar sobre a forma de um ensinamento moral, de uma sugestão prática, um provérbio ou uma norma de vida.

Neste sentido a narrativa, sendo um conselho, não se presta a dar respostas prontas a perguntas, sendo muito mais uma forma de sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Segundo Benjamin, “o conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria” (BENJAMIN, 1994, p. 200).

Para o autor (1994, p. 200) a arte de narrar está definindo e os lugares de narrativas estão diminuindo porque memória é poder e o poder da memória se efetiva por meio da narrativa.

Assim, no filme “Passaporte Húngaro” ao iniciar sua busca identitária por meio do passaporte, Sandra se apropriou de narrativas ancestrais que muito embora possam aparecer no filme como ferramentas na conquista do passaporte húngaro, visto que Sandra precisava resgatar dados objetivos sobre sua nacionalidade, como local de origem, sobrenome judeu, ancestrais húngaros, também exercem a função de construção de sua própria identidade e memória, sendo esta a utilidade final de tais narrativas visto que ao fim e ao cabo, o passaporte nada mais era que parte da busca de Sandra por identidade.

Essa busca por identidade se faz presente na maioria das cenas, seja por meio de documentos cuidadosamente guardados pelos entrevistados, seja por meio da constante presença da comida nas cenas. Em todas as casas em que é recebida, seja no Brasil ou na Hungria, as famílias judias a recebem em meio à preparação de alimentos. Uma das

entrevistadas na Hungria chega a expor: “quer ser húngara...tem que aprender a cozinhar!”. Percebe-se a importância da comida como aspecto identitário, pois em qualquer lugar do mundo, os grupos identitários podem lembrar sua cultura por meio de adaptações das comidas ancestrais. Retomando a escrita de Millan (2013, p. 23) para grupos imigrantes a comida e a cultura do glutão se tornam presentes como forma de fazer presente a vida passada no país de origem, uma possibilidade de presença diante a ausência da pátria.

Ao longo das cenas a narrativa se torna elemento estrutural do filme, indo muito além das informações necessárias à documentação para o passaporte húngaro. Elas aparecem em alternância às imagens da pesquisa realizada por Sandra em órgãos públicos no Brasil e na Hungria, representando a motivação e a justificativa da história e a luta entre a necessidade de lembrar e as tentativas estatais para fazer esquecer.

Ao basear o documentário na narrativa de seus ancestrais, sejam familiares, sejam judeus húngaros, Sandra assumiu a função narrativa, uma vez que para Benjamin (1994, 205) contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, se perdendo quando as histórias não são mais conservadas.

Destarte, Sandra produziu conhecimento enquanto conhecia, uma vez que seu trabalho de cineasta conservou as narrativas por meio da imagem. Assim, não só o passaporte húngaro se estabeleceu como ferramenta de resgate cultural e identitário, mas o caminho trilhado até sua conquista, por meio das narrativas familiares.

Poder-se-ia pensar que o passaporte húngaro representasse naquele momento para Sandra, a porta de entrada para a Europa e assim, a possibilidade de uma vida em padrões europeus.

Contudo, diante das dificuldades impostas pelas autoridades húngaras para a obtenção do passaporte, demandando de Sandra cerca de dois anos de preparação intensa para conseguir a aprovação em exames que exigiram conhecimentos detalhados da constituição, história, política e língua do país, percebe-se que o passaporte húngaro representava a porta de entrada para que Sandra realize o caminho inverso de seus ancestrais, reafirmando sua identidade judia e húngara.

Neste sentido, Sandra pôde incorporar a redenção de seus ancestrais, sendo aquela que conseguiu “voltar para casa”, muito embora os esforços de Sandra não tenham recebido do governo o reconhecimento de igualdade diante dos outros húngaros, assumindo também na

Hungria a condição de pessoa de “segunda classe” que era comum aos seus ancestrais no Brasil.

A trajetória de Sandra para obter o passaporte húngaro e o resultado dessa trajetória, qual seja, a obtenção de um passaporte que a colocou numa situação de pessoa “de segunda categoria” na visão dos húngaros que estavam ao seu redor, demonstram relação com a análise de descendentes de italianos no ES feita por Girão e Dadalto (2013). As pesquisadoras analisaram as representações e o imaginário de descendentes de imigrantes italianos no ES que fizeram o caminho inverso de seus descendentes, tornando-se imigrantes na Itália e por diferentes razões, regressando ao Espírito Santo tempos depois. A análise das autoras refletiu sobre o sentimento identitário formado pelos filhos e netos de italianos que imigraram para o Espírito Santo, identificando nestes descendentes ítalo-brasileiros a construção imaginária de um futuro que encontrasse semelhança com o seu, mas que não correspondem à realidade.

Desta maneira, Girão e Dadalto (2013, p. 23) afirmam que os descendentes de imigrantes de italianos no Espírito Santo carregam em si a formação de uma identidade fundamentada nas narrativas, comidas, sonhos e frustrações de seus ancestrais e que acreditam no retorno à terra de seus ascendentes como forma de concretizar essa identidade vivida por meio de das histórias contadas.

De maneira semelhante, Sandra via no passaporte húngaro a possibilidade de “volta para casa” tão presente no imaginário de sua família. Ao conseguir o passaporte húngaro, mesmo que à duras penas, Sandra acaba por vivificar as histórias contadas pela família, na medida em que a ligação familiar com a Hungria se torna incontestável.

Reescrevendo uma passagem da obra “Carta ao filho: ninguém ensina a ser mãe” de Betty Milan podemos observar o entrelaçamento de ancestrais e descendentes numa complexa teia que se perpetua através do tempo por meio das narrativas, das afirmações e negações que a cultura ancestral incute nos descendentes, impregnando seu modo de ver o mundo, de viver, suas escolhas e caminhos:

A gente pode esquecer os ancestrais. O desejo deles nunca esquece a gente, é o chamado *desejo do Outro*, que só não é o destino porque tanto podemos dizer sim a ele quanto não. Ao contrário do personagem da tragédia grega, nós, humanos, temos uma saída. (MILAN, 2013, p. 35)

No filme “Passaporte Húngaro” Sandra explicitou sua opção, assumindo sua história que era também a história de sua família. A escolha de Sandra foi entregar-se ao desejo de seus ancestrais e às suas vivências, unindo-se a eles. Seu destino foi o passaporte húngaro.

4 CONCLUSÃO

A presente oportunidade de estudo apresentou como objetivos desenvolver reflexões quanto ao direito à identidade, à memória e autoconhecimento dos indivíduos, tendo como fundamento os aspectos identitários presentes no filme/documentário “O Passaporte Húngaro”, de autoria da cineasta Sandra Kogut. A temática que envolve o direito à identidade não pode prescindir dos aspectos subjetivos que perpassam a sua construção, encontrando-se longe do conhecimento racionalizado, cartesiano, visto que envolve imagens de si, construídas pelos indivíduos em contraponto com os outros. Não obstante, se por um lado o direito à identidade deve ser garantido como forma de propiciar o pleno desenvolvimento intelectual e psíquico dos indivíduos, por outro ficou demonstrado que são muitas as barreiras impostas pelos interesses de grupos sociais e políticos em estabelecer o que deve ser esquecido e o que pode ser lembrado, uma vez que Sandra Kogut enfrentou variadas barreiras em seu projeto de ver reconhecida sua identidade húngara e judaica.

Neste sentido a memória do povo judeu e de Sandra enquanto parte desta comunidade demonstram a luta por construir conhecimento e reconhecimento identitário, que no caso de Sandra se deu por meio do seu empenho em conhecer seu passado, buscando o passaporte húngaro com o objetivo de fazer o caminho de volta de seus ascendentes, num processo de conhecimento de suas origens familiares que teve como ponto de culminância a conquista do passaporte húngaro e por fim, a decisão de Sandra de assumir o modo de vida de seus ancestrais.

Resta demonstrado que a construção de conhecimento identitário pelos diferentes grupos minoritários que se inserem dentro das culturas nacionais se processou por meio de ferramentas que fogem à racionalidade proposta pelas análises convencionais, centradas na política, nos grupos sociais dominantes e nas ações estatais. A construção do conhecimento por meio do filme “Passaporte Húngaro” nos apresenta a realidade de um povo que tem por excelência a identificação por meio da resistência da memória, indo além das fronteiras políticas e geográficas, numa identificação direta entre o indivíduo e a memória de seu povo.

Desta maneira, a busca por um passaporte levou Sandra Kogut a um duplo processo de conhecimento, visto que construiu conhecimento sobre sua identidade, ao mesmo tempo em que produziu conhecimento sobre sua ancestralidade por meio do filme “Passaporte Húngaro”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1). Disponível em http://minhateca.com.br/atilamunizpa/Documentos/ALEM*c3*83O/Schritte+international/Schritte+international+3/Lehrerhandbuch/Air Acesso em 28 de setembro de 2014.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma Ilha é uma Ilha** – quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz T. Silva e Guaracira L. Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

DADALTO, M. C; GIRÃO, I. C. C. **Narrativas da imigração de retorno**. Simbiótica. Revista eletrônica, v. 1, p. 15-35, 2013. Disponível em <http://www.periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/6411/4700> Acesso em 01 de outubro de 2014.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução VeraRibeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge ZaharEditor, 2000, 224 p. Disponível em <http://www.coluni.ufv.br/revista/docs/volume02/eliasJohn.pdf> Acesso em 27 de setembro de 2014.

MILLAN, Betty. **Carta ao filho**: ninguém ensina a ser mãe. Rio de Janeiro: Record, 2013.

MORASHA, Revista Eletrônica. Edição 50, 2005. Disponível em http://www.morasha.com.br/conteudo/artigos/artigos_view.asp?a=550& Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

WEINRICH, Harald. **Lete**: arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.